

## Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar

O tema deste artigo são «categorias».

Podia chamar-lhes «imagens», «representações» ou «conceitos». Escolho a primeira palavra propositadamente. Categoria remete, na reflexão sobre o conhecimento, para a ideia de modelos de organização das percepções, da «realidade», se quisermos. Ou seja, conota uma capacidade activa, estruturante, criadora (*poiética*), na modelação do conhecimento. E este é um sinal metodológico que queria deixar desde já, o de que pressuponho que estas entidades a que me referirei têm essa capacidade de criar conhecimento (se não — adianto já toda a provocação... — de criar realidade).

Nisso, «categoria» leva vantagem sobre as restantes palavras, nomeadamente sobre «imagem» ou «representação». Tradicionalmente, «imagem» ou «representação» eram palavras que denotavam alguma passividade. A *imagem* era a cópia, ou representação, de uma *coisa*. *Representar*, em termos jurídicos, era «estar em vez de». Já em termos teatrais — e políticos, no Antigo Regime — era um tanto mais do que isso: era antes apresentar algo escondido, mesmo inevitavelmente escondido, com o que «representar» podia constituir a primeira visão de uma coisa, uma «apresentação», como quando apresentamos — tornamos conhecidas pela primeira vez — pessoas. Do mesmo modo, o reino, como corpo místico, via-se pela primeira vez (apresentava-se) nas Cortes<sup>1</sup>. Com isto já havia alguma novidade e criação. Hoje em dia, os historiadores — mesmo aqueles que não se confessam de bom grado como construtivistas — fazem dos termos «imagens», «imaginário» e

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Hasso Hofmann, *Repräsentation — Studien zur Wort- und Begriffsgeschichte von der Antike bis ins 19. Jahrhundert*, Habilitationsschrift, Schriften zur Verfassungsgeschichte, Band 22, Berlin, 1974; Paolo Cappellini, «Rapresentanza in generale — diritto intermedio», in *Enciclopedia del diritto*, Milão, Giuffrè, vol. xxxviii, 1987.

«representação» um uso que lhes realça, além do aspecto arbitrário, o seu aspecto *poiético*. Ou seja, por um lado, sublinham que as imagens não mantêm nenhum vínculo forçoso com a «realidade», antes sendo criações autónomas dos sujeitos (colectivos, prefere-se hoje pensar). Por outro lado, realçam que, uma vez instalados, estes imaginários modelam as percepções, as avaliações, os comportamentos. Com esta revisão, o termo convém-me, e por isso o usarei por vezes, para evitar a monotonia do discurso. Em todo o caso, «categoria» tem uma vantagem suplementar — a de realçar o carácter orgânico, arrumado, destes quadros mentais. O facto de eles constituírem conjuntos tendencialmente coerentes entre si, com lógicas internas de organização e de desenvolvimento. Para além de que, apesar de tudo, no termo «categoria» me parece mais forte a evocação da sua natureza activamente organizadora.

Esta remissão para a lógica de organização existe também na palavra «conceito». Na sua etimologia está o verbo latino *capere*, que significa agarrar, tomar, tal como no correspondente alemão (*Begriff*) está o verbo *greifen*, com a mesma conotação activa, ao passo que ao sinónimo *Auffassung* subjaz o verbo *fassen*, agarrar, apanhar, tomar. O que me afasta da palavra é o facto de estar muito embebida por concepções racionalistas, por insinuar um esforço mental consciente e reflectido, típico dos pensadores e dos filósofos, gente de que não me vou ocupar muito, enquanto tais, ou seja, enquanto produtores conscientes e individualizados de ideias. Temo que, se optasse por falar de «conceitos» se confundisse o meu trabalho com uma empresa de «história das ideias», concebida como história de ilustres pensadores e dos seus intencionais pensamentos. E não é disso que vou tratar. Qualquer grande pensador que aqui apareça aparece sem galões, reduzido a um soldado raso (eventualmente mais eloquente) de um grande exército anónimo. É certo que a ideia de uma «história dos conceitos»<sup>2</sup> foi relançada por Reinhardt Koselleck com intenções muito semelhantes às que exprimi<sup>3</sup>. Em

---

<sup>2</sup> Hans Erich Bödeker (ed.), *Begriffsgeschichte — Diskursgeschichte — Metapherngeschichte*, com contributos de Reinhart Koselleck, Ulrich Ricken, Hans Erich Bödeker, Jacques Guilhaumou, Mark Bevir, Rüdiger Zill e Lutz Danneberg, Göttingen, Wallstein Verlag, 2001 (publ. do Max-Planck Institut für Geschichte). Já o *Archiv für Begriffsgeschichte*, ed. por Gunter Scholtz, em colaboração com Hans-Georg Gadamer e Karlfried Gründer (desde 1955), tinha a intenção de constituir um ponto de partida para um dicionário dos conceitos filosóficos.

<sup>3</sup> Cf. Reinhardt Koselleck, *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, e *Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*, Stanford University Press, 2002 (com prefácio de Hayden White). Fora da Alemanha, uma proposta semelhante tem sido avançada por J. G. A. Pocock, Q. Skinner [James Tully (ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*, Princeton University Press, 1989, 370 páginas]. Sobre esta riquíssima discussão remeto para Giuseppe Duso, *La logica del potere. Storia concettuale come filosofia politica*, Laterza, Biblioteca di Cultura Moderna, 1999, e M. Barberis, *Libertà*, Bolonha, Il Mulino, 2002, introdução.

todo o caso, o peso da palavra «conceito» ainda é, nos discursos usuais, demasiado para que se utilize sem a preocupação de se ser mal entendido, aproximando-nos à força de uma história individualista, subjectivista, intencionalista, das construções intelectuais.

O projecto de uma história das categorias tem de combater em duas frentes.

Por um lado, tem de combater, na frente da «história social», aqueles que acham — decerto vacinados pela história tradicional das ideias — que, como a história se faz de actos humanos, e não de palavras, é lá, nesse plano dos actos e comportamentos, que a historiografia tem de assentar arraiais. Claro que esses homens que agem também pensam e também falam. Mas esse pensar e esse falar limitar-se-iam a pensar em *coisas* e a falar de *coisas*. Por outras palavras, os homens construiriam o pensamento a partir da «realidade», avaliariam a realidade em função de «interesses» e, em função da realidade e da sua avaliação, assumiriam «comportamentos», uns dos quais eram discursos, com os quais traduziriam em «palavras» o modo como viam e avaliavam a realidade e a forma como reagiriam, os quais, de novo, seriam apreendidos por outros como «realidades», avaliados segundo outros «interesses» e respondidos com outros «comportamentos». «Interesses», «realidades», «comportamentos», seriam, em termos sociais, *coisas*. O resto, incluindo as «palavras», seriam, nos mesmos termos, *não coisas*. Como a história social se devia ocupar de coisas, as ideias e as palavras não faziam parte dela, por justamente lhes faltar «espessura social».

Hoje já poucos põem as coisas assim. Quase todos percebem que há mediações, refrações, criação: (i) na passagem da «realidade» à sua «representação» intelectual; (ii) na identificação dos nossos interesses; (iii) na avaliação da realidade em face deles; (iv) na formulação de programas de acção-resposta (reacção).

Mas algumas manhas persistem. Por exemplo, a de, quando se fala na autonomia e criatividade dos discursos e das suas figuras, se responder com o facto de que estes não falam por si, mas são *apropriados* socialmente. E que, sendo-o, perdem uma lógica própria e se dobram à lógica dos «interesses» dos grupos apropriadores. E com isto voltamos à vaca fria. Pois os tais «interesses» voltaram a ser *coisas*, perante as quais as palavras recebidas («apropriadas», tornadas «coisa própria» pelas imperiais coisas) voltaram a perder qualquer autonomia. Que existe uma sobredeterminação de sentido local sobre o sentido geral, que falamos, ouvimos, sentimos, avaliamos «em situação» e que isso redefine os sentidos gerais, parece evidente. Mas que essa redefinição decorra de «interesses em bruto», no «estado de natureza», não mediados por representações particulares, é uma coisa totalmente diferente.

Outra via de recuperar a soberania das *coisas* é a de, falando-se em discursos, se responder com as *práticas*. As práticas serão, naturalmente,

*coisas*. Puras e duras. Gestos, gestos cruzados, contragestos, contagens, frequências, viagens, tiros, cópulas, cultivos, coisas meramente exteriores, sem qualquer interioridade. Uma vénia já é duvidoso que o seja; uma palavra, quase nunca; uma ideia, isso jamais. Se houver um qualquer interior na prática, ela já deixa de ser prática e passa a representação. De modo que a tal dialéctica entre práticas e representações, entre práticas e discursos, é uma quadratura do círculo. É, na verdade, uma maneira de simular alguma abertura às representações por quem, na verdade, crê que elas cantam ociosamente, enquanto as práticas, afanosamente, constroem a história. Bondosamente, sugere-se agora que a formiga pára às vezes um bocadinho para ouvir a cigarra. Mas segue, imperturbada, a sua lida.

\*\*\*

Num texto de síntese<sup>4</sup>, Kosellek sistematiza algumas das razões da autonomia da história dos discursos.

A primeira delas parece banal, mas contém mais de razão do que aquilo que aparenta. Trata-se do uso de conceitos técnicos ou enfaticamente carregados de sentido. Uns e outros têm uma evidente espessura, que os faz dizer para além do que aquilo que os locutores querem.

No primeiro caso — de que os exemplos típicos são as linguagens formalizadas, como, por exemplo, as linguagens de programação dos dias de hoje — estamos perante aquilo a que Umberto Eco chamou os «limites da interpretação»<sup>5</sup>: o conceito, na sua fixidez técnica ou formalista, resiste à «apropriação». E, por isso, a «história social» não tem grande volta a dar-lhe. Dir-se-á que, na longa duração, isto raramente ou nunca acontece, pois não há formalismo que resista ao tempo. É verdade, mas, no curto e médio termo, é claro que há discursos e categorias não disponíveis.

Existe, no entanto, uma segunda espécie de indisponibilidade: a dos conceitos tão carregados de sentido que este sentido (positivo ou negativo) sobreinveste o sentido dos utilizadores. As categorias dizem mais do que se quer, têm sentidos preterintencionais. É por isso que nem um honesto ateu está à vontade com a palavra Deus, ou que um rebento das boas velhas famílias portuguesas nunca usa, deliberadamente, a rabiosa palavra «vermelho», mas apenas «encarnado». Num plano menos fútil, Kosellek descreve o impacto objectivo de palavras polémicas na história política europeia, como «revolução», «feudal», «cidadão». Mesmo ciciada, melosamente insinuada, «revolução» é sempre revolução (*ibid.*, p. 103).

---

<sup>4</sup> Cf. Reinhardt Kosellek, *Le futur passé...*, cit.

<sup>5</sup> Umberto Eco, *I limiti dell'interpretazione*, Milão, 1990 (trad. ingl., *The Limits of Interpretation*, Bloomington, Indiana, Indiana University Press, 1990).

Daí que estas palavras fecundas não sejam domesticamente apropriáveis, senão limitadamente, pelos grupos sociais. Realmente, elas estão antes deles, fazem eventualmente os grupos sociais<sup>6</sup>.

\*\*\*

E com isto entramos num segundo aspecto da autonomia da história dos discursos. Os discursos como palcos de lutas sociais. As categorias como praças fortes que se conquistam ou se perdem na luta social.

Realmente, muitos nomes não são apenas nomes. «Intelectual», «burguês», «proletário», «homem», «demente», «rústico», são, além de sons e letras, estatutos sociais pelos quais se luta para entrar neles ou para sair deles. Numa sociedade de classificações ratificadas pelo direito, como a sociedade de Antigo Regime, estes estatutos eram coisas muito expressamente tangíveis, comportando direitos e deveres específicos, taxativamente identificados pelo direito. Daí que ter um ou outro destes nomes era dispor de um ou outro estatuto. Daí que, por outro lado, classificar alguém era marcar a sua posição jurídica e política. A mobilidade de estatuto que então existia não era tanto uma mobilidade *social*, nos termos em que hoje a entendemos (enriquecer, estudar, melhorar o círculo das suas relações, mudar de bairro), era antes, e sobretudo, uma mobilidade onomástica ou *taxinómica* — conseguir mudar de nome, conseguir mudar de designação, de categoria (discursiva), de estado (nobre, fidalgo, jurista, peão, lavrador). Claro que a mudança de vida podia ter importância, mas quem decidia dessa importância era a própria entidade conceptual que designava o estado pretendido. Ou seja, era o conceito de nobreza (a definição da categoria da nobreza) que decidia que mudanças de vida eram necessárias para se ser admitido.

Pierre Bourdieu generalizou esta perspectiva a todos os mecanismos de distinção social, construindo uma teoria geral sobre o modo de organizar estratégias de luta por símbolos, por marcas de distinção<sup>7</sup>. E também explicou que, já quando se fala, se estão a fazer coisas muito mais complicadas do que designar objectos existentes aí, em estado bruto, fora do discurso. Na verdade, não apenas se estão a construir, de novo, objectos, como se está a construir poder, por vezes um poder imenso, com essas coisinhas aparentemente voláteis e frágeis que são as palavras<sup>8</sup>.

Por isso é que podemos encarar a categorização social como uma forma de institucionalização de laços políticos e as tentativas de recategorização como uma espécie de revolução.

---

<sup>6</sup> Cerruti (Simona), «La construction des catégories sociales», in Boutier (Jean) e Julia (Dominique) (dir.), *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire*, Paris, Autrement, 1995, pp. 224-234.

<sup>7</sup> P. Bourdieu, *La distinction*, Paris, Éditions de Minuit, 1979.

<sup>8</sup> Id., *Ce que parler veut dire: économie des échanges linguistiques*, Paris, 1982.

Simona Cerruti estudou este impacto político das categorias na sociedade torinense dos fins do Antigo Regime e o modo como a reforma social e política passava sobretudo pelo refazer do âmbito e hierarquia dessas categorias. Em Portugal, Nuno Monteiro e Fernanda Olival, entre outros, têm, por sua vez, estudado as lutas pelo poder de classificar; os seus trabalhos<sup>9</sup> mostram a persistência da política da coroa para se arrogar o direito de classificar pessoas como nobres (nobilitar) ou como cavaleiros das ordens militares, enquanto a nobreza mais antiga e os juristas — cada grupo pelas suas razões — se manifestavam frequentemente no sentido de que essa classificação era feita pela «natureza», pelo valor, pelos usos e fama estabelecidos, níveis de leitura em que eles eram os peritos com o poder de classificar<sup>10</sup>.

Num estudo de há uns anos mostrei como o uso pelos juristas medievais de categorias de classificação dos oficiais públicos providas do império bizantino e já sem qualquer correspondência com a realidade político-administrativa tinha efeitos políticos concretos, inculcando a ideia de centralização política e de hierarquia dos funcionários entre si<sup>11</sup>. Neste caso, o conjunto das categorias nem sequer é aplicado a pessoas. Apenas funciona como um modelo de organização política, com o qual a situação administrativa instalada é continuamente confrontada, sendo por ele avaliada e paulatinamente conformada.

O próprio facto de estas categorias serem objecto de um confronto social — isto é, de os seus contornos e conteúdos serem objecto de despique — fá-las, evidentemente, mover, mas apenas nos termos de uma gramática que é a delas. Ou seja, é o próprio sistema das categorias que selecciona as regras da luta. Nem todos os argumentos serviam, nem todas as autoridades eram sempre invocáveis, nem todos os limites eram sempre ultrapassáveis<sup>12</sup>.

\*\*\*

Mas nem apenas no plano da categorização têm os conceitos um impacto nas lutas sociais. Todo o conflito é, de algum modo, *raisonné*. Ou seja, debate-se mais do que se combate. Esgrimem-se argumentos, tentando desvalorizar os argumentos do adversário e reforçar o consenso social sobre os nossos. Argumentos, há-os para todos os gostos e para todas as causas. As

---

<sup>9</sup> Nomeadamente Nuno G. Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes*, Lisboa, ICS, 2000, e Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2002.

<sup>10</sup> Cf. A. M. Hespanha, «A nobreza nos tratados jurídicos dos sécs. XVI a XVIII», in *Penélope*, 12 (1993), pp. 27-42.

<sup>11</sup> A. M. Hespanha, «Représentation dogmatique et projets de pouvoir. Les outils conceptuels des juristes du *ius commune* dans le domaine de l'administration», in E.-V. Heyen (ed.), *Wissenschaft und Recht der Verwaltung seit dem Ancien Régime*, Frankfurt/Main, Vitt. Klostermann, 1984, pp. 1-28.

<sup>12</sup> Cf. Koselleck, *ob. cit.*, p. 103.

Escrituras Sagradas e a tradição textual do direito (nomeadamente o *Corpus iuris civilis*) foram fontes inesgotáveis e muito variadas de tópicos políticos. Mas também os argumentos são relativamente indisponíveis. Quando a argumentação e a retórica constituíam a base dos estudos propedêuticos da universidade, todas as pessoas cultas, que participavam nos grandes debates, estavam conscientes das regras de uso de cada argumento. Para isso existiam os tratados *De argumentibus et locis communibus* (*Dos argumentos e lugares comuns*). Hoje não dispomos deste ensino formal. Mas cada argumento, para além de ter as suas regras próprias, chama por outros ou repele outros. Realmente, o campo dos argumentos está organizado por regras de implicação, de simpatia, de antipatia ou de exclusão. De tal modo que o uso de um tópico conveniente pode implicar a aceitação de outros muito inconvenientes. Por exemplo, e como veremos mais tarde, era conveniente, para a justificação da escravatura, aceitar o tópico aristotélico de que havia homens que, por natureza, estavam destinados a servir, mas a aceitação deste tópico implicava reconhecer que o género humano não era uno e que, portanto, a salvação não podia ser universal<sup>13</sup>.

Ou seja, nem tudo se pode invocar. E, mais do que isso, invocar certas razões pode ter consequências indesejadas e indesejáveis. Donde as intenções políticas de quem fala — as «razões dos políticos», colhidas na história política conjuntural — podem não ser a única instância decisiva do que é dito. A lógica interna do próprio discurso em que elas se exprimem fornece, seguramente, outra leitura. Os seus argumentos existem previamente nas memórias tópicas — no senso comum — de uma cultura local (por exemplo, a cultura política, ou a cultura parlamentar); os argumentos têm competências demonstrativas limitadas e organizam-se entre si segundo relações objectivas.

\*\*\*

É este facto da relativa indisponibilidade do discurso<sup>14</sup> que autoriza uma história autónoma das categorias e dos discursos. Koselleck exprime esta ideia com nitidez: «Cada conceito abre certos horizontes, tal como fecha outros, define experiências possíveis e teorias pensáveis [...] A linguagem conceptual é um médio dotado da sua própria coesão que permite exprimir tanto a capacidade de experiência (*Erfahrungsfähigkeit*) como a dimensão

---

<sup>13</sup> Sobre este tema da cogência das regras de argumentação, o melhor é ainda Ch. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, Paris, PUF, 1958, e Luigi Lombardi (Vallauri), *Saggio sul diritto giurisprudenziale*, Milão, Giuffrè, 1975. Recente e muito útil, Michel Meyer, Manuel Maria Carrilho e Benoît Timmermans, *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates, 2002.

<sup>14</sup> Pode ir-se mais longe neste «descentramento do sujeito locutor». Do discurso pode passar-se à materialidade do suporte da comunicação: a oralidade, a escrita, ou mesmo a materialidade do *layout* tipográfico, como tem sido sugerido pela *material bibliography* e pelos estudos de história do livro.

teórica (*Theoriehaltigkeit*)<sup>15</sup>.» Koselleck vai bem fundo na justificação do carácter criativo do discurso. Na verdade, ele sublinha o modo como o discurso conforma a própria vida: ao predeterminar a sua apreensão (experiência). Poder-se-ia acrescentar: ao avaliar essa experiência, ao identificar os interesses, ao escolher os comportamentos. Em suma, antes dos momentos pragmáticos existem sempre momentos dogmáticos.

Daí que, muito coerentemente, Koselleck inclua a história das categorias no âmbito da história estrutural. As categorias constituem, de facto, modelos muito permanentes de atribuir sentido aos comportamentos individuais e individualizados («cada um dos significados ligados a uma palavra ultrapassa a unicidade própria dos acontecimentos históricos», *ibid.*, p. 115). Tal como as estruturas (virtuais) da língua (*langue*) atribuem sentido à língua falada (*langage*) e aos actos de fala (*linguistic utterances*). É neste sentido que as categorias conceptuais escapam a uma história cronológica dos seus sucessivos usos, reclamando antes uma história da gramática abstracta que dá sentido aos seus usos verificados e a verificar; a história de um conceito não é, por isso, uma mera cronologia (uma narrativa empirista de usos), comportando também aspectos sistémicos<sup>16</sup>.

\*\*\*

Donde vem à categoria esta autonomia frente à história? Se não vem das intenções dos locutores ou dos interesses dos grupos, donde vem este seu poder de organizar as vidas?

Há mais de trinta anos, Michel Foucault escreveu um livro muito importante sobre as categorias da cultura clássica europeia<sup>17</sup>, descrevendo aquilo que, a um nível muito profundo, o das suas categorias mais fundamentais, separara essa cultura, quer da anterior, quer da de hoje. Para descrever essas grandes formas culturais, essas molduras mais gerais do conhecimento, Foucault cunhou um conceito, o de *episteme*. Num momento em que as explicações sociologistas da história cultural tinham um impacto muito forte na cultura universitária francesa, Foucault foi severamente criticado pelo facto de não providenciar uma explicação sociológica para a génese destes modelos intelectuais.

Dois anos depois, um novo livro aparece expressa e exclusivamente dedicado a explicitar a sua metodologia subjacente. O seu título — *L'archéologie du savoir*, 1969 — remete já para a ideia de que o saber tem uma «origem».

---

<sup>15</sup> Koselleck, *Le futur passé...*, cit., p. 110.

<sup>16</sup> «Uma vez 'forjado', um conceito contém, pelo único facto de constituir «língua», a possibilidade de ser empregue de forma generalizante, de constituir um elemento de tipologia ou de abrir perspectivas de comparação... Os conceitos não nos informam somente do carácter único dos significados passados, mas contêm possibilidades estruturais, apresentam estruturas contemporâneas em conjunto com outras que o não são, de uma forma que não é possível reduzir ao simples desenrolar dos acontecimentos na história» (*ibid.*, p. 115).

<sup>17</sup> *Les mots et les choses*, Paris, 1966.



Só que Foucault recusa enfaticamente uma concepção «humanista» desta origem, quer ele estivesse num sujeito individual (psicologismo, racionalismo clássico), quer num sujeito colectivo (sociologismo, nomeadamente o materialismo histórico da vulgata estabelecida)<sup>18</sup>. Essa origem encontra-se em dispositivos materiais da produção cultural — desde as tradições textuais aos circuitos de comunicação, desde as bibliotecas aos «campos de objectos» disponíveis, desde as linguagens técnicas aos arquivos da memória cultural invocados, desde as formas de divisão social e de institucionalização do trabalho intelectual às suas relações com as estruturas sociais mais globais. É nesses *dispositivos* e nas práticas discursivas que eles suscitam que as *formações discursivas*, ou seja, as particulares configurações dos discursos num determinado período, têm a sua origem.

Glosado e adaptado de muitas formas, por vezes desenvolvido e estendido no seu âmbito de aplicação, este texto continua, a meu ver, a ter uma enorme operacionalidade na resposta à questão acima formulada. Os discursos não vêm do nada, nem vêm de um todo que seja a razão universal. Mas também não são tão-pouco a expressão dócil e disponível de intenções dos sujeitos. Vêm de práticas de discurso, em que, seguramente, há sujeitos que falam e que escutam, mas em que uns e outros falam e escutam em lugares e com meios sobre os quais não dispõem de um poder de conformação. Estas práticas fazem parte da história, mas de uma história em que no centro não está o sujeito, com o seu poder de atribuição de sentido. Mas antes dispositivos que, objectivamente, constituem os sentidos possíveis. Dispositivos, uns intelectuais, outros materiais, outros sociais. Entre os primeiros estão as nossas categorias.

Sem querer dar ao tema um desenvolvimento que aqui seria desproporcionado, remeto, com estas linhas, para uma obra canónica que estabelece a base teórica e metodológica de que aqui parto e que explicitarei melhor — com especial aplicação aos discursos dos juristas — noutros lugares<sup>19</sup>.

\*\*\*

Na obra de M. Foucault, esta ideia de «descentramento do sujeito», de substituição do sujeito como instituidor do sentido dos discursos por estruturas

---

<sup>18</sup> Que não inclui toda a sociologia cultural marxista, nomeadamente a gramsciana e pós-gramsciana.

<sup>19</sup> Cf. A. M. Hespanha, «Una historia de textos», in F. Tomás y Valiente *et al.*, *Sexo Barroco y Otras Transgresiones Premodernas*, Madrid, Alianza, 1990, pp. 187-196, e «Tradizione letteraria del diritto e ambiente sociale», in Angela de Benedictis e Ivo Mattozi (eds.), *Giustizia, potere e corpo sociale nella prima età moderna. Argomenti nella letteratura giuridico-politica*, Bolonha, CLUEB, 1994, pp. 23-36; v. também *A História do Direito na História Social*, Lisboa, Horizonte, 1978.

objectivas de produção discursiva, não abria explicitamente para aquilo que veio a chamar-se «bibliografia material». Ou seja, para a ideia de que na génese dos sentidos do discurso podem estar elementos puramente materiais dos suportes da comunicação. Embora esta ideia — que seguramente agradaria a Foucault — já tivesse sido suficientemente explicitada por Walter Ong no final dos anos 50 a propósito da história da lógica ocidental<sup>20</sup>. Para ele, a evolução de um pensamento argumentativo, dominante até ao século XVI, para um pensamento sistemático, cujo emblema vem a ser a nova lógica de Pierre de la Ramée (Petrus Ramus), relaciona-se estreitamente com a difusão massiva da imprensa e com uma nova organização da folha escrita<sup>21</sup>. Alguns anos depois, Marshall McLuhan voltou ao tema da influência da estrutura material dos *media* na criação de sentido, alargando o âmbito da discussão aos novos «textos» da galáxia áudio-visual (por oposição à galáxia do impresso<sup>22</sup>). Do lado da antropologia, o tema é completado por Jack Goody numa obra clássica sobre o modo como a oralidade e a escrita condicionam o pensamento, mesmo nas suas operações mais básicas (listar, analisar, sistematizar, contextualizar)<sup>23</sup>. Até que surge também num seu lugar natural — a história do livro — com a redefinição do próprio conceito de «bibliografia», levada a cabo por Donald F. McKenzie. De modo a incorporar no estudo dos textos todos os elementos que contribuem para lhes darem sentido, começando pela sua apresentação gráfica, da responsabilidade dos editores e, antes deles, da própria organização da produção material do livro<sup>24, 25</sup>.

---

<sup>20</sup> Walter Ong, *Ramus, Method and the Decay of Dialogue: From the Art of Discourse to the Art of Reason*, Cambridge, Harvard University Press, 1958.

<sup>21</sup> A «folha corrida», substituindo o fólio glosado, em que o texto canónico aparece rodeado dos comentários (individualizados) de sucessivos autores. A segunda, materializando graficamente a situação discursiva de diálogo, de posições dissonantes e não integradas, era menos compatível com a arte tipográfica do que a primeira. Mas esta promovia a redução da pluralidade de opiniões a uma exposição sistemática (cf., do mesmo autor, *The Presence of the Word: Some Prolegomena for Cultural and Religious History*, New Haven, Yale University Press, 1967, *Rhetoric, Romance and Culture*, Ithaca, Cornell University Press, 1971, e *Orality and Literacy: the Technologizing of the Word*, Ithaca, Cornell University Press, 1982).

<sup>22</sup> Marshall McLuhan, *The Gutenberg Galaxy: the Making of Typographic Man*, Toronto, University of Toronto Press, 1962, e *Understanding Media: the Extensions of Man*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1964.

<sup>23</sup> Jack Goody, *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977 (cujo título, na versão francesa, é muito feliz: *La raison graphique*); id. (ed.), *Literacy in Traditional Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

<sup>24</sup> Fundamentais: D. F. McKenzie, *Bibliography and the Sociology of Texts*, Londres, British Library, 1986, bem como os seus ensaios recolhidos em *Making Meaning, «Printers of the Mind» and Other Essays* (ed. Peter D. McDonald e Michael F. Suarez, S. J., Amherst-Boston, University of Massachusetts Press, 2002). Sobre o novo conceito de bibliografia (material ou analítica), cf. a primeira obra, pp. 9 e segs.

<sup>25</sup> Note-se que D. F. McKenzie se refere a um conceito muito alargado de texto, que engloba a escrita, a imagem parada ou em movimento, o som, etc.

Perspectivas deste tipo têm dois tipos de consequências. Por um lado, afastam a ideia de sujeito e de intencionalidade do sentido ainda mais do centro da interpretação e da constituição das categorias. Por outro, convidam a um estudo das origens do sentido — a uma «arqueologia dos saberes» — muito atenta aos detalhes mais materiais da comunicação: no caso dos impressos, a estrutura do trabalho editorial e as suas consequências no livro<sup>26</sup>, a organização da página, os tipos<sup>27</sup>, o uso das maiúsculas<sup>28</sup>, a divisão do texto impresso<sup>29</sup>, a «ilustração» do texto, o número de páginas<sup>30</sup>, o formato do livro, a organização das bibliotecas e as suas políticas de aquisições<sup>31</sup>, a própria forma escrita e os significados que ela pode revestir para os seus utilizadores<sup>32</sup>. A obra de McKenzie, um erudito estudioso da edição (além de, no começo da sua vida profissional, ele mesmo um tipógrafo), está repleta de exemplos de todo o peso que estes elementos materiais têm na produção de sentido.

\*\*\*

Mas — abordando agora a questão de outro ponto de vista — fará sentido a teoria da acção implícita nesta estratégia de explicação histórica? Na qual modelos ou horizontes mentais tendem a preformar tanto o diagnóstico das situações como as estratégias de comportamento? Em que o *macro* é a condição da interpretação do *micro*<sup>33</sup>?

Sirva-me de contra-exemplo, para clarificar o meu ponto, uma obra recente sobre história da cultura, inserida em prestigiadas correntes actuais

---

<sup>26</sup> «Printers of the mind: some notes on bibliographical theories and printing-house practices», in *Making Meaning...*, cit., pp. 13-85.

<sup>27</sup> «'Indenting the stick' in the first quarto of King Lear (1608)», *ibid.*, pp. 86-90, ou «Stretching a point: or the case of the spaced-out comps», *ibid.*, pp. 91-109.

<sup>28</sup> Cf. um texto meu, já antigo, «Forma e valores nos estatutos pombalinos», in *Vértice*, 347 (1972), pp. 927-941.

<sup>29</sup> McKenzie refere um dito de Th. Hobbes sobre o impacto que a atomização da Bíblia em versículos teria tido na sua apropriação por várias seitas cristãs (*Bibliography...*, cit., p. 56).

<sup>30</sup> O exemplo aduzido por McKenzie é tirado de James Joyce, adaptando o número de páginas à sugestão subliminar da importância do número 13.

<sup>31</sup> «Our textual definition of the future: the new English imperialism?», in *Making Meaning...*, pp. 276 e segs.

<sup>32</sup> Notável a sua análise do tratado de Waitangi, celebrado em 1840 entre a coroa britânica e 46 chefes maori: «The sociology of a text: oral culture, literacy, and print in early New Zealand», in *Bibliography...*, cit., pp. 77-130. Sobre as transições de suporte comunicativo, mas na Europa do século xvii, v. «Speech-manuscript-print», in *Making Meaning ...*, pp. 237-258.

<sup>33</sup> Cf., sobre a oposição entre «macro-história» e «micro-história», por último, Jürgen Schlumbohm (ed.), *Mikrogeschichte — Makrogeschichte: komplementär oder inkommensurabel?*, com contributos de Maurizio Gribaudi, Giovanni Levi, Jürgen Schlumbohm e Charles Tilly, Göttingen, Wallstein Verlag, 1998, 2.ª ed., 2000 (publ. Max-Planck-Institut für Geschichte).

e escrita com uma grande nitidez de contornos teóricos<sup>34</sup>. E o que lá encontrei, na proposta inicial e na concretização, é, ponto por ponto, um ataque em forma a esta maneira de ver as coisas.

Aí todo o sentido reside no contexto. É a situação, o *caso*, que, na suas características irrepetíveis e irredutivelmente complexas, constrói os sujeitos da acção (ou seja, os põe em acção). Ou melhor, *os* põe em *acções*, já que a complexidade das situações e dos sentidos que os contextos envolvem é múltipla e inesgotável<sup>35</sup>. Uma visão destas tem várias consequências historiográficas, diametralmente oposta às que adopto, mas que o autor explicita com legitimidade teórica.

A primeira é a de que todas as evocações de quadros gerais de referência — ou horizontes de expectativas, ou quadros de avaliação, ou padrões de valoração — são deliberadamente suspensas (ou mesmo definitivamente excluídas)<sup>36</sup>. Cultura de elites, cultura popular, sistemas de crenças, modelos de religiosidade, de disciplina, de poder e de resistência, regularidades disciplinares<sup>37</sup>, quadros institucionais e, evidentemente, sistemas jurídicos<sup>38</sup>, tudo isto são

---

<sup>34</sup> Refiro-me a Diogo Ramada Curto, *A Cultura Política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, Ritos e Negócios*, diss. de doutoramento na FCSH-UNL, 1994.

<sup>35</sup> «Ao oporem-se deliberadamente à grande obra de síntese, investida de um carácter de substância unitária, os discursos, na sua natureza dispersa e fragmentada, constituem-se em fonte de inspiração para as abordagens interessadas em analisar o *significado plural dos actos* — incluindo os actos de linguagem — considerados políticos [...] Em esquema, pode dizer-se que actos, negócios, experiências ou práticas não poderão separar-se dos significados, representações ou discursos, que os agentes em relação produzem *em diferentes situações, necessariamente contingentes*» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 2).

<sup>36</sup> «Uma opção analítica desta natureza implica uma maior atenção ao comportamento dos actores envolvidos em cada um dos acontecimentos, *em detrimento das instituições, dos sistemas normativos, das estruturas ou dos processos*, com os quais os seus actos se relacionam. Assim, sem nunca perder de vista o horizonte principal constituído pelos acontecimentos, a insistência no comportamento dos actores visa, por um lado, a análise das diversas relações que entre eles se estabelecem e, por outro lado, *a interpretação subjectiva das suas acções*» (cita Simmel, Weber e Goffman) (Diogo, 1994, p. 2).

<sup>37</sup> «Neste sentido, a cultura política, enquanto conceito que dá acesso a um problema geral, constitui-se numa hipótese retrospectiva, espécie de grande quadro que articula diferentes unidades de actos e de situações. Em cada uma dessas unidades será possível reconstituir uma modalidade diferente da cultura política» (Diogo, 1994, p. 3).

<sup>38</sup> Note-se a crítica que o autor dirige à história cultural que tenta superar o formalismo e imobilismo da história institucional tradicional: «Numa das suas utilizações mais consolidadas disciplinarmente, as explicações que procuram valorizar a importância dos aspectos culturais na análise dos sistemas políticos fazem parte de uma reacção geral contra os estudos legais, constitucionais e institucionais [...] Primeiro, existe a possibilidade de se *cair numa espécie de idealismo*, através do qual as ideias identificadas com a cultura seriam a causa dos actos considerados políticos. Tornear este obstáculo implica dispor de uma concepção alargada de cultura e prestar particular atenção aos contextos e *configurações sociais em que as mesmas ideias adquirem significado*. Segundo risco: o de *radicalizar os aspectos subjectivos da cultura*. Neste caso, para evitar os exageros será necessário ter sempre presente o *horizonte dos actos e das situações*. Finalmente, um terceiro risco reside, mais do que no

formas de iludir o verdadeiro sentido dos actos humanos, justamente porque são modelos gerais pelos quais a acção concreta nunca se deixa moldar.

A segunda é pôr a tónica na recepção<sup>39</sup>, mais do que na produção, tema um tanto trivial nos dias de hoje, mas que aqui aparece com uma coloração um pouco diferente das formulações clássicas tanto ao substituir a noção de «horizonte pessoal de leitura» pelo de «contexto prático de utilização»<sup>40</sup> como ao propor uma capacidade poiética ilimitada e arbitrária por parte dos leitores em situação<sup>41</sup>.

---

carácter eclético da noção de cultura política, na circularidade das explicações que consideram a *cultura determinada pelos actos políticos, e vice-versa*. Ora, frente a esta indeterminação, será necessário aproveitar os ensinamentos da sociologia política, que oscila entre o estudo da *base social do poder* em todos os sectores institucionais, mais ou menos articulados, e a *análise dos grupos políticos específicos, que têm a seu cargo as práticas de controlo*, incluindo as mais eufemizadas, da violência (burocracia, sistema judicial, elites, grupos de interesses, etc.)» (Diogo R., Curto, *ob. cit.*, p. 4). Se bem entendo, o primeiro ponto tem sido eficazmente ultrapassado por muita da melhor história da cultura dos dias de hoje. O segundo ponto corresponde a uma versão amputada daquilo a que se costuma chamar a morte do sujeito; digo amputada porque as limitações da subjectividade não são apenas as que decorrem dos horizontes dos actos e das situações, decorrem também de constrangimentos genéricos à liberdade de receber, de criar e de reagir. Quanto ao terceiro ponto, ele corresponderia a substituir a história da cultura jurídico-institucional pela história social dos agentes e processos institucionais, em particular dos grupos que decidem na base das normas institucionalizadas. Ou seja, ficam de forma as funções «automáticas» de inculcação ou de insinuação dos discursos e dos ritos institucionais e das instituições, bem como a consideração do seu papel «geral» na formação de sentidos comuns. Bem como, evidentemente, as suas dimensões «não sociais» (lógicas «autónomas» de reprodução dos textos, dos géneros e dos estilos, «bibliografia material» incluída).

<sup>39</sup> Cf., sobre a teoria da recepção, R. Jauss e W. Iser, *Teoria della ricezione*, trad. italiana, Turim, Einaudi, 1997, e Umberto Eco, *Lector in fabula: la cooperazione interpretativa nei testi narrativi*, Milão, Bompiani, 1979.

<sup>40</sup> «[...] uma definição alargada dos discursos — conotada quer com as formulações teóricas ditas da alta política, quer com determinadas séries organizadas em função de uma instância de controlo discursivo (hospital, penitenciária, universidade, etc.) — terá ainda de integrar a *multiplicidade de sentidos que se encontram nas práticas que dão a ler esses mesmos discursos*, bem como nas *diversas maneiras de politização de enunciados* inicialmente criados fora da esfera considerada política. Esta inevitável dispersão de significados encontra uma disciplina de análise em torno dos materiais impressos, mas revela-se mais difícil de seguir no caso dos discursos de maior circulação, dos sermões aos rumores, bem como no caso dos discursos baseados em formas mais ou menos estereotipadas, da fórmula de chancelaria ao capítulo de corte. Se um mesmo enunciado pode ser lido de diferentes maneiras, como começou por propor a teoria da recepção, o importante é procurar analisar as *reações suscitadas pelos diferentes discursos*. Um ponto de vista desta natureza sugere uma interrogação mais profunda acerca das modalidades de crença, legitimação ou reconhecimento baseadas em discursos» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 6).

<sup>41</sup> «[...] surpreender a capacidade de uma audiência e de certos agentes construírem outros significados nos próprios actos de recepção. Prolongar este jogo de relações supõe *conferir aos agentes, aos grupos ou às audiências uma capacidade de conferir significados* a uma ordem social, a um sistema de crenças ou a um simples acto, *significados que não se encontram previamente determinados*» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 179).

A terceira é a de que a única escala de observação é, portanto, a pequena escala, aquela que reconstrói aquela situação que, por sua vez, constrói os actores, os lances (*enjeux*) e as estratégias<sup>42</sup>. É claro que, se por «atender às situações» apenas se quer significar contextualizar adequadamente as «aplicações» de modelos gerais e verificar a ambivalência das suas apropriações, o método não passa de um truísmo<sup>43</sup>.

A quarta é a de que a interpretação das situações nunca fornece chaves que ultrapassem essa situação, uma vez que os contextos são irrepetíveis. Quando muito, facilita «alusões» (que bem podem transformar-se em «ilusões»...). A reconstrução de um «objecto geral» — como «cultura política» — surge assim como um problema metodológico central<sup>44</sup>.

A quinta é que, vista esta irrepetibilidade dos contextos e a inextensibilidade dos modelos interpretativos, a narrativa histórica é inverificável<sup>45</sup>. Por

---

<sup>42</sup> Um ponto de vista desta natureza aspira também a uma reconstituição mais precisa dos contextos e das situações em que ocorrem os diversos tipos de actos, tendendo, por isso, a acentuar uma escala de análise microsociológica. Partindo desta mesma escala, será mais fácil reconstituir as diferentes situações de negociação, decisão e conflituosidade que caracterizam as relações dos indivíduos ou dos grupos e, simultaneamente, escapar ao círculo vicioso de muitas interpretações que, situadas a uma escala de análise macrosociológica, se bloqueiam nas ideias feitas sobre o sentido dos movimentos de mudança, os processos, as revoltas e as revoluções (cita literatura sociológica sobre a relação micro-macro) (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 2).

<sup>43</sup> Na verdade, não tem grande novidade chamar a atenção para o seguinte: «Inventariar estes comportamentos, sem perder de vista o contexto conflitual em que se situam, constitui uma espécie de salvaguarda frente às leituras que tendem a reduzir a cultura popular à lógica do processo de civilização, centrado nos mecanismos e nos modelos de controlo da violência. Em suma, compreender a lógica dos comportamentos populares supõe deixar em aberto a sua diversidade de pequenas tácticas, elaboradas ao sabor dos acontecimentos, e a não querer reiterar através de análise histórica as categorias da cultura hegemónica, quando atribui aos populares e de forma geral aos inimigos as marcas da selvajaria e de uma violência a controlar. Supõe ainda uma maior atenção à diversidade das situações e a uma verificação das bolsas que, no interior da sociedade global, permanecem isoladas, sem que tais situações impliquem necessariamente comportamentos de violência» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 177).

<sup>44</sup> «Uma perspectiva analítica que se desenvolve em função da interpretação dos actos e dos acontecimentos terá de explicar a própria dispersão das unidades que constrói, ou seja, terá de saber encontrar na prática os critérios que justificam a resolução de um problema — o que é uma cultura política? — através de uma abordagem fragmentária» (cita bibliografia sobre fragmentação e história) (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 10). Daí que, coerentemente, o A. afirma: «Sem pretender oferecer qualquer tipo de síntese, este livro será construído sob a égide da descontinuidade dos espaços, dos tempos e dos objectos. E, se nas suas três partes se encontrarem velhas questões sobre níveis de cultura e grupos sociais, o poder carismático, a construção de um espaço público, a burocracia e a formação das elites, não se julgue que através delas se pretende restaurar uma qualquer unidade temática perdida. À partida, a questão de se saber qual a cultura política em Portugal no período que decorre entre 1578 e 1642 oferece um quadro propositadamente vago para poder inscrever nele uma sucessão de fragmentos e de pequenas histórias. Tal como numa viagem sem destino certo, nenhum porto parece seguro...» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 11).

<sup>45</sup> «[...] Toda e qualquer preocupação de exaustividade fica excluída de uma análise apostada em provar a vantagens da fragmentação na resposta a um problema de lógica de

muito que se sobrecarreguem os textos de citações eruditas e de papelada de arquivo, ou por muito enfáticas, fortes ou mesmo terrorizantes que sejam as afirmações dos autores, as conclusões a que se chega são apenas problemáticas e provisórias alusões a sentidos inatingíveis, locais e efêmeros<sup>46</sup>.

Seja como for, as questões postas ao modelo aqui proposto (que é também o que tenho cultivado, mas nem sempre aquele que tenho sugerido, em momentos de maior desvario...) não deixam de ser pertinentes.

A meu ver, sobretudo, em dois pontos:

- Ao requerer uma melhor dilucidação da tensão entre categorias culturais dominantes (simplificando um pouco, de senso comum) e categorias alternativas, bem como uma atenta ponderação dos seus equilíbrios;
- Ao insistir numa melhor explicitação da matriz de transacções que, num contexto determinado, se realizam entre o modelo do senso comum e os impulsos induzidos pela situação concreta.

A minha convicção pessoal é a de que existem matrizes gerais de percepção, avaliação e reacção, históricas e integrantes do senso comum. Que estas, tendo espaços de incerteza e limites de variação, são tendencialmente coerentes. Que é disso que se fala quando se fala de categorias de senso comum. E que este senso comum — mais do que as situações que nos enredam — pesa duramente sobre as nossas vidas. Neste sentido, creio que a história da cultura comum, como a que tento fazer e como a que outros têm feito, tem um sentido explicativo muito grande, sobretudo se se quiserem entender os processos sociais seriais e massivos.

Não me comove muito o descentramento do sujeito que com isto se opera; por um lado, porque não creio que do seu descentramento venha algum mal

---

acção dos agentes e dos grupos. Por isso, a necessidade de alargar o inventário de tais comportamentos deverá ser orientada em função de uma preocupação *mais comparativa do que exhaustiva* [...] Frente às definições unívocas da cultura popular em progressiva tomada de consciência política [...] uma análise destinada a compreender a lógica dos comportamentos políticos populares, circunscrita à descrição de um conjunto de acontecimentos, *procede por insinuação*» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, pp. 175-176).

<sup>46</sup> E a verdade é que, muito frequentemente, se encontram no texto referido confissões de *non liquet*, alertando para a indecidível complexidade, para a ambígua polissemia, para a insuficiência da análise. V. g., «mas a verdade é que muito pouco se sabe acerca do significado de tais conjuntos de actos ou dos símbolos de representação que neles se utilizam» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 106). «A mostra militar constitui exemplo por excelência da sua convergência. A sua difusão constitui um processo social complexo que dificilmente poderá ser identificado com o da criação de uma cultura de massas. Pois, tal como se verificou, a mostra pode ser considerada um modo de organização formal sujeito a usos sociais diferenciados, o mesmo acontecendo com determinados argumentos passíveis de serem utilizados por agentes situados em posições contrárias» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 121).

à história, mas, mesmo que viesse, o sujeito não é menos descentrado se o escravizarmos à lógica das situações concretas<sup>47</sup>.

O ponto teórico crítico aqui é outro. É o da capacidade trans-histórica de aceder a esses universos categoriais dadores de sentido. Porém, tenho de dizer que não conheço nenhum fundamento metodológico que garanta que, se descermos do macro para o micro, das categorias para as práticas, das estruturas para os indivíduos, esses problemas de inacessibilidade desapareçam.

\*\*\*

Esta última observação permite-nos um curso excuro sobre uma das novas modas da história — a biografia.

Nos últimos tempos, a biografia ficou de moda. Os méritos da novidade vão para um grupo de companheiros de ofício, de inspiração relativamente consistente, com referências culturais também bastante partilhadas e todos eles comungando, se não me engano, de um certo desfastio pela história chamada estrutural. Em comum têm também a escrita sedutora e um bom conhecimento, pelo menos ao nível que lhes interessa, do período sobre que trabalham<sup>48</sup>.

Na teorização desta história-biografia, a que também chamam «política», ressaltam sobretudo duas ideias-chave.

Uma delas é a recusa de esquemas interpretativos «fortes», daqueles usados pelos cientistas sociais dos vários matizes, substituindo-os por uma interpretação «evidente» (pelo menos, de «senso comum»), do género daquela que usamos para nos orientarmos na vida. O que, sendo pacífico para interpretarmos a vida de hoje, é bastante mais problemático para interpretarmos a vida de há muitos anos. Os nossos filhos sabem disso quando procuram entender os pais; e nós próprios o sabemos também quando temos a sorte de ainda podermos tentar entender os nossos. Na minha opinião, por detrás da «evidência» de alguns enredos podem esconder-se retroprojeções da sensibilidade de hoje. E isto, já se vê, tem perigos graves.

A outra ideia-chave do nóvel biografismo é a de que são os homens concretos — e não os desenvolvimentos anónimos «das estruturas»/também mentais) — que modelam a história. Mas, como não são muitos os homens que estão em condições de modelarem a história — pelo menos, a história de um país —, quem acaba por interessar a esta corrente historiográfica são os «grandes homens», nomeadamente os «grandes políticos».

---

<sup>47</sup> Recorde-se novamente Diogo Ramada Curto: «Segundo risco: o de radicalizar os aspectos subjectivos da cultura. Neste caso, para evitar os exageros será necessário ter sempre presente o horizonte dos actos e das situações» (Diogo R. Curto, *ob. cit.*, p. 4).

<sup>48</sup> Em Portugal, a teorizadora desta nova história política, entendida como história biográfica, tem sido Fátima Bonifácio. Os «operacionais» são vários, colaborando muitos deles num dos últimos números da *Análise Social* dedicada ao tema.



A «grande biografia» exige, em princípio, um «grande biografado» (presupondo, naturalmente, que é escrita por um grande biógrafo). Na sua falta, a biografia transforma-se num acto de cruel assassinato de uma personagem, sempre confrontada com a personagem ideal que nunca foi, que nas condições não poderia ter sido e que porventura nem sequer quis ser. Ressalvado o último livro de Vasco Pulido Valente (*Glória*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001), que pode ser a boa contraprova do que acabo de dizer, e a reabilitação de João Franco, da autoria de Rui Ramos [*João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, ICS, 2001], a última literatura (e não apenas deste género) sobre o século XIX português tem ganho, por isso mesmo, um tom ácido, corrosivo e sub-repticiamente moralista de inventariação de mediocridades, que só não espanta muito porque parece herdeira da auto-avaliação dos próprios contemporâneos, também eles cultivando já um juízo azedo sobre uma sociedade que, um pouco olímpicamente, consideravam decadente. Para além de que, no mínimo, esta pré-compreensão implica um confronto sem sentido entre países modelos (a Inglaterra, a Prússia, a França) e países medíocres (designadamente Portugal).

Daí que — voltando um pouco atrás — talvez se deva repensar na hipótese mais tradicional de investigar a vida dos outros homens, traçando os tais grandes frescos sociais ou mentais — que, necessariamente, haverão de ser informados por algum modelo interpretativo geral —, donde resultem os grandes cenários (económicos, culturais, institucionais, jurídicos) em que os homens — pequenos e grandes — se movem. E aí retornaremos, seguramente, a uma história das categorias, dos sentidos comuns, mais gerais ou mais locais, que comandavam os cálculos pragmáticos (que definiam, por exemplo, o que era «glória» e, depois, que papel a sua busca devia ocupar numa estratégia de vida).

\*\*\*

Em suma, o que se pretende aqui sublinhar é a necessidade de ter em conta o modo de transacção entre ideias e interesses, entendidos estes últimos como os resultados mais directos da interacção social<sup>49</sup>.

Poder-se-á então entender como um sistema de ideias (o liberal) cuja lógica era a generalização absoluta da cidadania, posto em contacto com um certo «ambiente» de práticas e interesses políticos inóspito a essa generalização, é deformado por ele e obriga a desenvolver elementos teóricos capazes de introduzir critérios selectivos nas anteriores teorias da nação e do indivíduo.

---

<sup>49</sup> Literatura recente acerca da história dos interesses tem salientado como estes são inevitavelmente mediatizados pelas representações da «realidade social» e, deste modo, como tão-pouco eles escapam à capacidade poética das categorias (cf. Ornaghi, *Interesse*, Bolonha, Il Mulino, 2000).

É justamente este tipo mediatizado de conversação entre «sistema» e «ambiente»<sup>50</sup> que permite ultrapassar, quer uma história das ideias que ignora os mecanismos de transacção com o exterior do sistema ideológico, quer uma história social (ou uma história política) que pressupõe que as «ideias» são ilimitadamente mobilizáveis e disponibilmente funcionalizáveis a quaisquer projectos, estratégias ou interesses sociais e políticos. Assim, o que aqui nos interessa é sublinhar o modo como interesses até aí justificados teoricamente nos quadros de uma concepção — que, por motivos também teóricos, deixou de poder servir — buscaram novas justificações nos quadros da nova teoria para poderem sobreviver socialmente. E, ao mesmo tempo, é ver esta teoria a alterar-se si mesma para poder incluir em si desenvolvimentos capazes de justificarem os novos/antigos interesses. O processo pode ser assim descrito: uma nova teoria deslegitima interesses estabelecidos. Nem a primeira nem os segundos podem ser sacrificados. Assim, a teoria de que se equipar com módulos teóricos suplementares que permitam relegitimar (em novos quadros) os interesses «permanentes/subsistentes».

Uma nota final sobre «interesses». Interesses são também, muito claramente, representações, neste caso acerca das vantagens (ou inconvenientes) do alargamento do universo político a certas categorias de pessoas. Mas, ao estudarmos estes interesses, não estamos a tocar numa realidade bruta (isto é, não mediatizada por representações). Pelo contrário, estamos em pleno mundo das imagens e de representações acerca de categorias de pessoas e acerca de vantagens e desvantagens políticas. Identificamos mulheres, dementes, falidos, loucos, menores, a partir das imagens (dos esquemas de percepção) que aplicamos à realidade contínua do universo dos nossos parceiros sociais. Atribuímos ou não vantagens à sua participação política em função de imagens sobre as suas qualidades, sobre a ordem política, sobre as nossas qualidades e, finalmente, sobre o que nos convém da ordem política<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Com estas referências a «sistema» e «ambiente», remete para os modelos teóricos auto-poéticos, que me parecem muito produtivos neste contexto (cf., por todos, N. Luhmann, *Essays on Self-Reference*, Colúmbia, Columbia University Press, 1990). No mesmo sentido de evocação de uma perspectiva sistémica, v. a seguinte formulação de M. Barberis: «Si potrebbe forse aggiungere — riformulando le posizioni della storia concettuale e della scuola di Cambridge nel gergo dell'evoluzionismo filosofico — che i concetti giuspolitici nascono ed evolvono come le specie naturali, adattandosi ai mutamenti dell'ambiente. Coloro i quali, nei diversi contesti storici, partecipano ai giochi della politica o del diritto, compiono certo atti intenzionali, come deliberate mosse del gioco; tali atti intenzionali, però, generano spesso effetti inintenzionali, né voluti né previsti dagli autori, fra i quali occorre annoverare gli stessi concetti, sempre intesi come regole d'uso del linguaggio. Dunque, i concetti si formano e si affermano compatibilmente con le esigenze dell'ambiente, e sopravvivono solo a patto di adattarsi ai mutamenti di questo» (M. Barberis, *Libertà*, Bolonha, Il Mulino, 1999).

<sup>51</sup> Sobre o carácter construído do «interesse», v. Lorenzo Ornaghi (2000), *Interesse*, Bari, e Laterza (2000), «Introduzione».